REFERÊNCIAS

AJURIAGUERRA, J. Psicologia y epistemologia genéticas. Buenos Aires:

Proteo, 1970.

ASSUNÇÃO, Elizabete; COELHO, M a - ria Teresa. Problemas de Aprendizagem. São Paulo: Ática,2006.

BARROCO, S.M.S. Psicomotricidade na infância. Campo Mourão: Instituto Makro, 2007.

BARROS, Célia Silva Guimarães. Pontos de Psicologia Desenvolvimento.

Ed. Ática, São Paulo, 1991.

BARRETO, Sidirley de Jesús. Psicomotricidade, educação e reeducação. 2ª ed. Blumenau: Livraria Acadêmica, 2000.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares nacionais/Ministério de Educação. Secretaria da Educação Fundamental. -3. ed. Vol. 01 - Brasília: A Secretaria, 2001.

BRASIL. ¸Parâmetros Curriculares Nacionais. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, Brasília: MEC/SEF, v. 9, 1998.

FONSECA, Vitor. Psicomotricidade: perspectivas multidisciplinares. 2. ed.

Porto Alegre: Artmed, 2004.

FURINI, Anselmo Barce (Org.) ; SELAU, Bento (Org.) . Psicomotricidade relacional e inclusão na escola. 1. ed. Lajeado: Univates, 2010. v. 500. 164 p.

GARDNER, H. Estruturas da mente. Porto Alegre: Artes M., 1994.

GIL, José. Nuno Nabais. Corpo, Espaço e Poder. Lisboa: Litoral Edições, 1988.

LE BOULCH. Desenvolvimento Psicomotor: do Nascimento aos 6 anos. 6. ed: Artes São Paulo, Médicas.1988.

OLIVEIRA, G. C. Avaliação psicomotora à luz da psicologia e da psicopedagogia. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. Psicomotricidade: educação e reeducação num enfoque psicopedagógico. 16. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. Psicomotricidade: Um Estudo em Escolares com Dificuldades em Leitura e Escrita. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

_____. "Contribuições da psicomotricidade para a superação das dificuldades de aprendizagem". In: SISTO, F. F. et all (org.), Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar. Rio de Janeiro: Vozes, 1996. REVERBEL, O. Um caminho do teatro na escola. 2.ed. São Paulo: Scipione, 2002. (Pensamento e ação no magistério)

SILVA, Daniel Vieira da; HAETINGER, Max Gunther. Ludicidade e

Psicomotricidade. 1. ed. Curitiba: IESDE Brasil ltda, 2007.

VAYER, P. O diálogo corporal. A ação educativa para a criança de 2 a 5 anos. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VOLANIN, R. Educação Infantil. Guarapuava: SEMEI, 1999.

ZABALZA, M. Seleção e Articulação de Conteúdos em Educação Infantil e Séries Inciais. Revista Aprendizagem. Pinhais, Ano 2, nº4, 60-62, jan/fev. 2008.

ZORZI, J. L. Aprendizagem e Distúrbios da Linguagem Escrita. Porto Alegre: Artmed, 2003.

O CONCEITO DE INFÂNCIA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

ALICE GREGÓRIO PARANHOS DA MATA

RESUMO

A expansão no Brasil tem ocorrido de forma progressiva nas últimas décadas, acompanhando a intensificação da urbanização, o trabalho extradomiciliar da mulher e suas repercussões no ambiente familiar. Hoje a Educação Infantil constitui um segmento importante no processo educativo, reconhecida como a primeira etapa da Educação Básica na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB< Lei 9394/96). Parte daí a necessidade de se construir um ambiente institucional à criança pequena com o objetivo de proporcionar aos alunos conhecimento e criticidade num contexto interdisciplinar, envolvendo temas voltados para a sua realidade, alicerçando assim sua aprendizagem, desenvolvimento crítico e participativo. A ideia de elaboração deste artigo surgiu, portanto, no intuito de proporcionar informações concretas acerca da história da educação infantil no Brasil, não ignorando os aspectos importantes, como por exemplo, o que é a Educação Infantil e qual é a função desempenhada nestas instituições para o desenvolvimento da criança, abordando também a importância de organização de espaços físicos, adequados para o desenvolvimento integral, coletivo, onde a criança se insira de forma única e prazerosa, como sentimento de pertencimento e que agregue o brincar para o processo ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Educação Infantil, história, espaço, desenvolvimento.

ABSTRACT

The expansion of Brazil has occurred gradually over the last few decades, following the intensification of urbanization, the extra domiciliary women's work and its impact on the environment. Today the children's Education is an important segment in the educational process, recognized as the first stage of basic education in the new law of Guidelines and Bases for national education (LDB 9394/96 Law <). Part then the need to build an institutional environment to small child aiming to provide students' knowledge and criticality in interdisciplinary context, involving themes geared to your reality, thus consolidating their learning, critical and participatory development. The idea of producing this work arose, therefore, in order to provide concrete information about the history of early childhood education in Brazil, not heeding the important aspects, for example, what is Elementary and what is the role played in these institutions to the development of the child, also addresses the importance of organizing physical space suitable for integral, collective development, where the child is inserted in a unique and pleasurable way, as a feeling of belonging and that adds play to the teaching-learning process.

Keywords: Early childhood education, history, space, development.

INTRODUÇÃO

Do ponto de vista histórico, durante muito tempo, o cuidado e a educação da criança pequena estiveram sob a responsabilidade familiar, especialmente da mãe.

No decorrer dos tempos, a história da educação infantil teve diferentes mudanças na sua função, das quais influenciaram as instituições que visavam apenas o "cuidar", não tendo preocupação no "educar" das crianças de 0 a 5 anos de idade, tendo em vista apenas o assistencialismo.

Dessa maneira o presente trabalho dedica-se ao estudo da importância do cuidar e do educar, mas agora com uma metodologia própria, conforme as leis vigentes determina. Procuramos analisar e refletir o direito da criança a uma educação infantil de qualidade, em que se ofereçam recursos necessários ao seu desenvolvimento, em como traçar a trajetória histórica da mesma, enfatizando a importância da evolução da educação infantil, mediante e reestruturação metodológica.

No primeiro capítulo, há um breve parecer da história do conceito da infância, na qual a criança era vista como um adulto em miniatura.

No capítulo dois, discorre sobre o Cuidar e o Educar na Educação Infantil, mediante o fato de possuir a função meramente assistencialista.

No capítulo três, menciona das leis na educação infantil a partir da CF (Constituição da República Federativa do Brasil), da nova LDB (Leis de Diretrizes e Bases), ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e o DCNEI (Diretrizes curriculares Nacionais para Educação Infantil).

No capítulo quatro, fiz um breve relato de como as instituições estão se organizando para atender de forma adequada, perante as leis.

No capítulo cinco, enfatiza a importância do brincar e educar no coletivo.

No capítulo seis, aborda a questão do novo olhar para a criança.

No capítulo sete, a importância da escola na vida da criança e do envolvimento da família no ambiente escolar.

No capítulo oito, trata-se da importância do profissional na educação infantil.

No capítulo nove, enfatiza a forma de como ainda é praticada a educação infantil no nosso país.

Considerações finais; minhas conclusões sobre o artigo.

Capítulo 1 – Uma visão de crianças, como adultos mirins

Inicialmente precisamos recordar e compreender alguns conceitos históricos, onde foram definidos projetos e organizações sociais ao longo do tempo perante uma sociedade onde prevalecia uma concepção distinta e muito contraditória com relação ao mundo infantil, como afirmam alguns estudiosos que citaremos no decorrer deste trabalho. A maneira como definimos a infância atualmente é algo ainda muito novo; o significado e o valor atribuído a mesma vêm sofrendo mudanças ao longo da história e vai se alterando conforme a sociedade e cultura de cada tempo vivido.

No mundo antigo adotavam representações genéricas sobre as condições do público infantil sendo que o futuro de criança era definido pelo pai, cujo direito sobre o filho era total, cabendo-lhes até mesmo o poder sobre vida e a morte em relação a criança. Até mesmo as brincadeiras das crianças eram escolhidas e controladas pelos adultos. As crianças eram criadas de acordo com o regime dos pais ou ao grupo social a que pertenciam, adotando seus hábitos, costumes e cultura. Eram tratados nas comunidades de forma primitiva, que os ensinavam "a vida por meio da vida", ou seja, aprendiam na prática desde a infância o que iriam ser no mundo adulto, conforme afirma PONCE

(1988 p.19 grifo do autor)

Na idade média não foram considerados grandes avanços com relação ao mundo dos pequeninos, não havia uma noção da passagem entre a infância para a vida adulta. Por ser considerado curto, e, portanto, irrelevante, esse período de transição entre as fases era praticamente ignorado e as crianças eram vistas como adultos em miniaturas, e o pouco que aprendessem, já eram o bastante. Por exemplo; a maneira que deveriam se vestir, como se portar diante das pessoas e ter bons hábitos de higiene, já eram o suficiente.

Neste período não havia a preocupação em separar as crianças dos adultos em aspecto nenhum, não havia diferenciação de trajes, os trabalhos desenvolvidos pela criança eram os mesmos desenvolvidos pelos adultos, e isso se repetia nos jogos e brincadeiras.

Até meados do século XVII, os adultos permitiam tudo diante das crianças, por acharem que não deviam esconder nem omitir as verdades das crianças, já que estavam sendo preparadas para o futuro, como afirma ARIÈS (1981 p, 27) Jogos e brinquedos na infância UNIP Interativa 2013.

Segundo NUNES E SILVA (2000), a partir do final do século XVII, se iniciaria outra significância, agora com uma representação relacionada pelo estado de fraqueza e inocência, associado ao reflexo angelical, de uma pureza divina e assim colocaria como sendo obrigatório a existência de uma educação primando os relacionamentos e comportamentos humanos, NUNES S SILVA (2000 p. 32)

Ainda hoje a concepção de infância não está totalmente acabada ou definida, está constantemente em construção e transformação.

A infância ligada ao conceito de educação e escolarização foi um processo extremamente lento, pois antigamente, as crianças e seus direitos e necessidades não eram respeitados, o sentimento de infância de fato não existia e não raros eram aos casos de crianças que eram vítimas de agressões e abandono.

No fim da década de 1920, com a necessidade crescente de auxiliar no sustento de casa e com o crescimento industrial a todo vapor, muitas mulheres passam a vivenciar uma jornada de trabalho diária muito extensa, massacrante e, consequentemente, precisavam de um local onde pudessem deixar seus filhos durante o período que ficassem fora.

Foi a partir desta necessidade, das mães trabalhadoras, que surgiram as creches no Brasil no século XIX, com caráter totalmente assistencialista, visando a saúde e a preservação da vida, onde as crianças recebiam os cuidados essências, como: alimentação, higiene e segurança.

Neste momento o fator educacional ainda não era considerado importante nem nas creches e nem nos lares.

A educação não é um fenômeno neutro, sofre efeitos da ideologia por estar diretamente ligado a política e seus ideais, e a escola tem um papel fundamental na mudança que se busca alcançar, sendo essencial para concretização do desenvolvimento.

Capítulo 2 - Cuidar ou Educar na Educação Infantil?

Por muito tempo a educação das crianças pequenas eram vistas como sendo obrigação apenas das famílias, preferencialmente das mães já que eram os responsáveis diretos e dispunham de total liberdade para optarem em qual tipo de educação iriam escolher para os seus filhos.

Assim sendo, pode-se dizer que diferente de outros países, o Brasil esteve entre os primeiros a adotar iniciativas quanto as organizações educacionais em caráter assistenciais, tai como creches, asilos e orfanatos, para auxilio diretor as mães das classes operárias, que para aumentar a renda familiar, trabalhavam e não tinham onde deixar os seus pequeninos.

Outros motivos ainda sugeriram as criações destas instituições, a saber, as crianças nascidas após a libertação dos escravos (ventre livre) que não mais tinham interesses dos senhores feudais para os manterem nas fazendas, já que não poderiam ser utilizados para a mão de obra escrava, assim eram levados para asilos ou orfanatos.

Haviam também as crianças abandonadas por mães que não podiam assumir seus filhos, quase sempre, frutos de relacionamentos proibidos e escusos, com cidadãos da nobreza, que não assumiam o compromisso exigido. Assim, para encobrir a vergonha dessas mães, eram levadas para as instituições e lá ficavam. E com isso, surgiram a crianças abandonadas nas rodas.

Pode-se observar que foram motivos diferentes, porém importantes para o surgimento destas instituições que visavam cuidar dessas crianças, não podendo olhar para a origem, mas tendo que suprir e cumprir com o "cuidar", oferecendo o mínimo de conforto estrutura para se tornarem independentes, mediante a idade, tendo a higiene, como sendo o foco principal para uma boa saúde. Afirma OLIVEIRA (2002).

RIZZO, 2003, pag. 19, complementa e acentua o "cuidar", como sendo uma forma de atendimento destas instituições, voltadas para atender uma parte excluída da sociedade patriarcal, já que os mesmos não assumiam seus filhos, por não terem compromissos e nem queriam adquirir responsabilidades paternais.

Parte desses motivos fez com que a sociedade criasse um conceito deturpado de que as instituições infantis eram alternativas

para famílias pobres e carentes que, por não terem com quem deixar seus filhos, utilizavam de tais serviços assistencialistas e assim por si só, os cuidados já eram suficientes. E essa forma de ver a educação infantil foi se prolongando por longa data.

PASCHOAL MACHADO (2009) aponta uma evolução considerável na legislação que ao reconhecer a criança como sendo um cidadão de direitos a uma educação própria, dentro de uma Educação Infantil de qualidade, voltada para suprir suas necessidades principais, atendendo-os desde o nascimento até a idade de 6 (seis) anos.

Conforme as mudanças ocorriam na sociedade, foram necessárias mudanças também na forma de ver a educação infantil que, agora, não seriam mais vistos como uma população imperfeita, folha em branco, que poderiam ser preenchidas com tudo que o adulto, detentor dos direitos sobre ela, achasse necessário.

Porém seria necessário considerar e rever certos conceitos, pois a criança não era considerada um ser social e não fazia parte de uma categoria social, partindo daí a falta de direitos e a atenção devida às suas necessidades reais. "A aparição da criança como categoria social se deu de forma lenta entre os séculos XIII e XVII" (ARIE, 2006, p. 14). Vital Didonet, consultor em educação infantil, elucida que o cuidar e o educar são ações intrínsecas indissociáveis que, por sua vez, é de responsabilidade da família, dos professores, médicos e todos que a cercam, afinal é preciso levar em conta que "só se cuida educando e só se educa cuidando". (VITAL DIDONET, 2003, pag.8)

Capítulo 3 - A Educação Infantil e as Leis

Em 1988, finalmente foi elaborada a Constituição da República Federativa do Brasil, assegurando os direitos da educação infantil, e assim foram considerados e adaptados novos conceitos para todas as crianças e que agora seria globalizado e para toda a sociedade.

Esperava que a partir de então, fosse dissipada a então antiga e rotulada visão de que a educação infantil não precisava de cuidados e investimentos nos planejamentos, já que não se tratava de uma real educação, contudo ainda permaneceu sendo discriminada e uniformizada pela sociedade imperando os valores financeiros das classes superiores e as crianças não passavam de pequenos seres que seguiriam e aprenderiam conforme a cultura e doutrinas de seus pais.

Após as constituições de 88, veio a LDB (Leis de Diretrizes e Bases) que com intenção de regulamentar e fixar de uma vez por todas as leis que já tinham sido elaboradas, mas que não estavam sendo seguidas, com a LDB, os direitos das crianças na idade de 0 a 6 anos foram ampliados e organizados em fases próprias, respeitando as necessidades reais de cada um no seu desenvolvimento espontâneo, embora o cuidar sempre se mantivesse no foco.

Segundo a afirmativa em (BRASIL, 2006, pág. 09) em meados de 1990, foi aprovado o ECA (Estatuto de Criança e do Adolescente) que reforçou a ampliou os direitos da criança implementando novas políticas pedagógicas na educação infantil, juntamente com a LDB, mencionando também por (MORENO, 2007, p 54) que consolidaria a educação infantil como sendo e primeira etapa da educação básica, tendo como objetivo desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físicos , psicológicos, intelectuais e sociais, ou seja, assegurando a proteção integral com prioridades absolutas dada pelo poder público, englobando a criança e a família.

Viria então, após pesquisas e estudos novas posições em relação a educação infantil, desenvolvendo um olhar mais atento para as necessidades das gerações vindouras que, agora alicerçados nos respaldos que as leis ofereciam, poderiam usufruir e participar de corpo presente, da sua área completa reservada a ela por direito conquistado.

Segundo ALMEIDA (1987 p 195). A intenção de uma criança ir pra escola, em suma, parte da esperança de encontrar um ambiente preparado para ela, votado totalmente para suprir toda sua imaginação. Nesse sentido encontrar um amigo elegido como o melhor e ao mesmo tempo uma professora amiga e mãe, que ensine agir como se deve, cuidar dela em todos os aspectos que seria cuidada pelo seu responsável direto no lar ou no seio de sua família.

3.1- Constituição da República Federativa do Brasil -1988

Um progresso expressivo incide sobre a educação infantil, na alteração de 2006 que representa um direito da criança até os cinco anos de idade, em creches e pré-escolas vistas no artigo a seguir:

Art,208- O dever do Estado om a educação será efetivado mediante a garantia de:

IV- Educação infantil, em creches e pré-escolas, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

(Alterada pela EC-000.053-2006)

Art. 30 A educação infantil será oferecida em:

I- Creches ou entidades equivalentes, para crianças até três anos de idade; II- Pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade.

3.2- Lei de Diretrizes e Bases da Edu-

cação Nacional

A importância da educação infantil e sua compreensão, como sendo a primeira etapa da educação básica, está agora amparada na lei maior da educação do país, a LDB, sancionada em 1996. Se os direitos de 0 a 6 anos à educação em creches e pré-escolas já estava assegurado na Constituição de 1998 e reafirmado no estatuto de Criança e do Adolescente de 1990. Mas ao longo do tempo as leis qu regem a educação infantil passaram por algumas alterações.

Antes da última alteração a educação era tratada da seguinte form na Seção II, do capítulo II (Da Educação Básica), nos seguintes termos: Seção II da Educação Infantil Art.29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos (...); Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I- Creches, ou entidades equivalentes, para crianças com idade até três anos de idade; II-pré-escolas para crianças de quatro a seis anos de idade.

Com a alteração (Redação/Inclusão dada pela Lei n. 12.796, de 2013) LEI 12.796 de 4 de abril de 2013, fica de seguinte maneira:

TÍTULO III Do Direito a Educação e do Dever de Educar.

Art. 4. O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia:

II- Educação infantil gratuita até os 5 (cinco) anos de idade;

Houve uma alteração em relação a idade, reduzindo de 6 (seis) anos, para 5 (cinco) anos de idade.

Art. 29. Seção II. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico (...);

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças até três anos de idade; II -pré-escolas, para crianças de quatro a cinco anos de idade.

É possível notar que, basicamente, a única alteração é com relação a faixa etárias dessas crianças que frequentam tais instituições, reafirmando que a educação infantil compreende a idade entre 0 a 5 anos de idade.

3.3 - ECA

O Estatuto da Criança e do Adolescente aprovado em 1990 respeita a Constituição, aumenta o direito e regulamenta a doutrina da assistência integral, permite um novo modo de pensar para o atendimento infantil, teve acréscimo pela LEI n.12.010, DE 03 de Agosto de 2009.

3.4 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

Resolução CNE/CEB 5/2009 Art. 5. A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam

Como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

Com essas mudanças ocorridas nas leis que levaram a configuração atual da Educação Infantil, fica nítido que é dever do Estado e do Município, garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, e é dever da família cumprir seus papeis de forma correta para propiciar uma educação saudável e um pleno desenvolvimento às crianças.

Hoje a criança tem a oportunidade de frequentar um ambiente de socialização mediante diversas interações necessárias para seu desenvolvimento na educação infantil, momento ideal, onde se devem proporcionar condições adequadas para seu desenvolvimento físico, psicológico, social através da promoção de experiências e conhecimento.

Capítulo 4 - O que se espera da instituição que atende a criança?



Quando se discute a importância da educação, abre-se um leque de inúmeras indagações e infindáveis questionamentos, tais como: é realmente necessário levar as crianças menores de 6 anos para a escola, se é justamente nesta fase que elas precisam ficar mais próximos e por mais tempo no convívio familiar? O que será ensinado a essas crianças na escola que não possa ser ensinado em casa? Por que expor crianças tão pequenas á convivência com outras que, com histórias de vida e experiências diferentes, podem colocar

em risco a saúde e os cuidados que até então foram priorizados no seio familiar? Nessa idade a criança prima o brincar apenas, e não está pronta para agregar mais nada que não seja justamente a brincadeira e o lazer.

Compreender a criança em suas características individuais, constitui num desafio fascinante, porém sem limites para consolidação, em se tratando de um ser incompleto, um sujeito de direitos, que pensa e age dentro de um contexto de diferentes interpretações, onde do ponto de vista do adulto é impossível compreender. O que levou em muitas situações, que os direitos delas fossem negligenciados e ou violados de maneiras preconceituosas e grotescas, na exploração em trabalhos e sexualmente.

(CHAMBI, 1999 p. 613) destaca um nome de grande importância, no mundo das repostas para muitas perguntas acima, trata-se do psicólogo norte americano Jerome Seymoure Bruner, que partindo de estudos científicos e usando apontamentos e referenciais como Liev S. Vigotsky (ZDP- Zona de Desenvolvimento Proximal) onde ele afirma que a criança aprende pelo impulso quando se tem o objeto na sua frente e assim desenvolve o seu potencial, e o epistemólogo Jean Piaget (Epistemologia Genética)que atenta para os estágios de formação e construção de inteligência, Bruner valoriza a interação e o dialogo como sendo o elo principal no desenvolvimento/aprendizagem do ser humano.

Nessa linha de pensamento, dedicou sua pesquisa direcionando a investigação sobre o pensamento infantil na sua relação estabelecida nos jogos e brincadeiras, sob narrativa e visão infantil. Bruner estabeleceu então três (3) trajetórias pra o ensino nos diversos estágios do desenvolvimento infantil, são elas; Ação, imaginação e linguagem simbólica. Logo se vê a importância de ter uma instituição com conceitos baseados e afirmados nos quesitos que respeitem as leis e deem o suporte complementar para que a criança possa se sentir segura e livre para explorar com as destrezas de suas imaginações momentâneas, relacionando-as com o real futuramente, sempre orientado por um professor capacitado e pesquisador para tal passo.

Capítulo 5 - O brincar e o educar coletivamente



Segundo o Referencial Curricular (vol. 2 1998 p.11) A possibilidade de que desde muito cedo efetuarem escolhas e assumirem pequenas responsabilidades no dia a dia, favorecem no mundo infantil de forma positiva desenvolvendo sua autoestima e confiança para continuarem, mediante as situações novas e outras dificuldades que ocorrerem, nas quais muitas vezes impedem a inclusão da criança nos ambientes infantis, mesmo quando são preparados e adaptados para elas.

É relevante compreender que as crianças cada vez mais necessitam estar em ambientes favoráveis ao crescimento e desenvolvimentos em todos os aspectos, e neste contexto, a educação infantil visa de forma ampla e segura, na forma de lei, que os pequeninos desenvolvam os seus estágios de forma espontânea e livre nos ambientes, interagindo e atuando num mundo que não é mais só o "seu", mas de todos. Desta forma Piaget (1996) coloca que é importante para a criança, quando ela participa de uma brincadeira ou um jogo coletivo, onde ela necessita pensar, observar e agir de modo a não somente gastar as energias acumuladas, mas desenvolver e se posicionar sob os aspectos físicos, cognitivos e morais, e para que isso aconteça, os jogos e brincadeiras jamais devem ser vistos pela sociedade, como sendo apenas divertimentos e simplesmente lazer. No mesmo intuito, os companheiros de idade, acabam exercendo a função de polarizar atenções reciprocas, constituindo fontes de interesses, imitações e percepções das diferenças. As interações que as crianças estabelecem entre si, de cooperação, confronto, busca de consenso, favorecem a manifestação de saberes já adquirido e a construção de um novo conhecimento partilhado: símbolos coletivos e soluções comuns, para tanto elas devem ser encorajadas a explorar seus interesses e ideias e assim expandir seus conhecimentos construindo e modificando sua aprendizagem. (OLIVEIRA, 2010 p. 45)

Capítulo 6 - Um novo olhar sobre a criança

A sociedade mudou. E as crianças, que sempre foram crianças, agora devem ser vistas como tal, cidadãos em formação, que possuem direitos reconhecidos, e por isso e muito mais, devem ser respeitadas e vistas como delega o MEC Ministério da Educação e Cultura, intitulado Parâmetros Nacionais de Qualidades para a Educação Infantil, v. 1 (BRASIL 2006, P. 18) que torna imprescindível considerar as crianças desde o nascimento como;

a. Cidadãos de direitos.

b. Indivíduos únicos, singular.

c. Seres sociais e históricos.

d. Seres competentes, produtores de culturas.

e. Indivíduos humanos, parte da natureza animal, vegetal e mineral. Portanto merecedoras de uma educação que lhes façam justiça e assim sendo, não basta para o educador ou cuidadora ser um bom jardineiro, no sentido de regar e orientar suas plantinhas para que cresçam saudáveis e viçosas. O profissional capacitado para trabalhar com essa população teria que apresentar, muito mais além do gostar de crianças, ser paciente e compromissado, assíduo e pontual.

Segundo a metodologia inovadora que o artigo 13 da Lei 9394/96 LDB, requer sobre o profissional envolvido com educação infantil, que impõe a capacidade de participar da elaboração da proposta pedagógica escolar; de elaborar planejamentos cumprindo-os na medida do possível, obedecendo coerentemente a proposta estabelecida pela equipe escolar; envolver-se com as aprendizagens dos alunos e buscar meios para avaliá-los e sanar suas eventuais dificuldades; cumprir os dias letivos e horas de atividades pedagógicas e de formação continuada estabelecidas e cooperar com a integração entre escola e família.

A formação específica, para que se aprofundem e se capacitem para cuidar, educar e orientar essa população, considerada difícil no lidar, por ser sensível e exigente, requer profissionais polivalentes, como orienta o RCNEI, Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil, (1998, p. 41). Parte de que um mesmo professor deve desenvolver todos os tipos de atividades com as crianças, tanto as rotineiras, que envolvem os cuidados básicos destinados à criança, como as educacionais, que constam na metodologia proposta. Segundo Vital Didonet

"Falar da creche ou da educação infantil é muito mais do que tratar de uma instituição(...) É falar da criança. De um ser humano, pequenino, mas exuberante de vida; dependente, mas capaz de polarizar atenções ao redor de si; todo aberto para o outro, mas que só se desvela se, no outro, houver paixão". Vital Didonet

Capítulo 7 - A Educação Infantil no âmbito escolar e familiar



Segundo ALMEIDA (1987 p 195). A intenção de uma criança ir pra escola, em suma, parte da esperança de encontrar um ambiente preparado para ela, votado totalmente para suprir toda sua imaginação. Nesse sentido encontrar um amigo elegido como o melhor e ao mesmo tempo uma professora amiga e mãe, que ensine agir como se deve, cuidar dela em todos os aspectos que seria cuidada pelo seu responsável direto no lar ou no seio de sua família.

As mudanças que foram necessárias no decorrer dos tempos, faz com que cada vez mais a sociedade busca participar das evoluções que a educação infantil teve e hoje já é vista de forma respeitável, a ponto de ser considerada a primeira educação básica estruturada para inserir a criança no sistema de ensino seletivo , levando em consideração o período final , dos 5 ao 6 anos de idade ,no qual ela terá que partir para outros meios de buscas e aprendizagem aprimorando aquilo que foi iniciado até então.

Não é de se espantar que cada vez mais os pais dessas crianças se tornem mais exigentes e preocupados, pois desejam e esperam um bom desempenho dos seus filhos, afinal, estão iniciando uma nova fase onde serão avaliados através de pontuações e notas. Ainda que seja valorizado tal método, o mais importante é que os pais estejam mais próximos de seus filhos, tanto no lar, quanto na escola. A criança quando se sente valorizada, tende a apresentar maior rendimento devido a percepção da união da família com e escola. Entende-se que essa parceria deve ser continua e reciproca, pois quanto maior for o conhecimento da escola com relação ao aluno e suas rotinas no meio familiar, mais elementos serão reunidos para auxilia-lo em seu desenvolvimento. E por ser assim, quanto mais sintonizada a família estiver com o cotidiano escolar, maiores são as chances essa criança terá de alcançar o sucesso e ser ajudada pela família quando for preciso. Outro equívoco que a sociedade tem insistido em levar adiante, é o de esperar que a criança cresça mais um pouco e tenha condições de se defender. Isso é um engano! Estudos apontam que, se tratando dos primeiros anos de escolarização dos pequeninos, ocorrem mudanças muito significativas e fazem com que e as fases de transição tão temidas pelos pais, sejam passadas com sucesso ao inserir a criança em um espaço diferenciado do ambiente familiar que estão habituadas. Por isso, quanto mais nova for a criança, mais importante é essa parceria entre escola e família.

A escola é a fonte definida do conceito de transição entre o aluno e o mundo do saber, pois viabiliza no tempo certo o que lhe é devido para uma transmissão de conhecimentos e destoando o aprender nas adaptações e aperfeiçoamentos que serão considerados no seu desenvolvimento de autônomo e emancipatório que ele vai precisar por toda a vida. Neste contexto, Içami Tiba

(2006 p.152), afirma: "A escola precisa alertar os pais e familiares, sobre a importância de sua participação e interesse em acompanhar os estudos de seus filhos. Trata-se de um dos estímulos mais importantes para que eles estudem e vençam barreiras a cada dia". A comunicação entre escola e família deve ser contínua e reforçada a cada etapa do desenvolvimento do aluno, usando todos os tipos de comunicação vigente que puder.

Após explicitadas as leis que definiram a Educação Infantil, como sendo a primeira etapa da educação básica, mantida nas instituições públicas, foram sendo observados grandes movimentos nas instituições particulares ou privadas, porém priorizando um público pagante e bem mais exigente do que o oferecido nas instituições públicas, podiam oferecer.

Até então ficou estipulado que as creches ou entidades equivalentes, ofereceriam a educação infantil para as crianças com idades de 0 até 3 anos e as pré escolas para crianças de 4 a 6 anos de idades.

Os artigos agora firmariam que a educação infantil seria de forma integrada e universal, constituindo alicerces para o pleno desenvolvimento físico e intelectual, não dissociando do educar e do cuidar. Sendo ainda a educação infantil uma ação complementar articulada pela escola, família e a comunidade, intencionando a ampliação das experiências, dos conhecimentos prévios e dos processos temos em ter de transformação da natureza e pela convivência em sociedade.

Capítulo 8 - A importância da formação do profissional na Educação Infantil

Não é de se surpreender que ainda existam escolas ou instituições que queiram cortar, dissipar mais um dos velhos rótulos que as acompanharam por tempos a fio, e que mesmo após toda essa evolução que acompanhamos, ainda existem; que a educação infantil evidencia os cuidados das mães no lar e por isso geram e fortalecem os laços de professoras mães. Parte daí, a dificuldade em haver professores do sexo masculino nas formações atuais, como sempre foi, desde o início da educação infantil. Até mesmo na educação física, que hoje já faz parte da grade curricular para aumentar e potencializar as relações em grupo destes pequeninos no coletivo apresenta uma quantidade bem pequena destes profissionais.

Mas o que fazer, ou que tipo de relação se deve priorizar com essas crianças que na primeira oportunidade, procuram na figura da professora, não só um apoio, mas muitas vezes um carinho, afeto, ou compreensão, que por ventura, ela não possui em casa?

Para esse comportamento, o teórico WALLON (1959) aborda a importância da afetividade em relação professor e aluno, como sendo um facilitador na aprendizagem e pode ser definido como sedo uma simpatia e uma amizade pelo outro, que muito se tem observado as respostas positivas de respeito e compromisso, o que facilita em muito o desenvolvimento num todo. Para Wallon, a afetividade é o ponto de partida para o desenvolvimento do indivíduo e juntamente com os aspectos cognitivos (quando integrados), constituem um par inseparáveis e permitem à criança atingir níveis de evolução cada vez mais elevados.

O teórico (WALLON) afirma ainda que a inteligência e a afetividade se influenciam ao longo do desenvolvimento, mas são inseparáveis. A emoção provoca a inteligência quando o conhecimento está sendo aclamado; a inteligência, por sua vez, precisa que a emoção esteja presente para se desenvolver. Portanto pode se dizer que ambas se complementam e auxiliam uma a outra no processo de desenvolvimento.

Mas nem tudo são flores, essa relação tem que ser muito bem dosada e medida de forma pensada para não causar transtorno no comportamento da criança, que afinal pode não aceitar muito bem, quando precisar evoluir e passar de fases, podendo assim ser afetado de forma negativa para o desapego da professora, equipe e até mesmo do ambiente educacional.

A confiança que a criança necessita ter do seu tutor, precisa ser ampliada para toda a equipe escolar e complementada com a família, que pode acompanhar de perto apoiando e incentivando para que esses laços se estendam e a afetividade possa ser contínua e recíproca, embasando o desenvolvimento da criança num todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade mudou, o conceito de educação infantil também, assim sendo, os adultos mirins, que sempre foram crianças, agora devem ser vistas como tais, cidadãos em formação que possuem direitos reconhecidos e, por isso e muito mais, devem ser consideradas e respeitadas, pois são detentoras de saberes, que nós, adultos não teríamos condições de entender, sem antes não adentrarmos no seu mundo imaginário infantil, com seus olhares atentos e curiosos, criativos, pesquisadores, mas pueril no seu mundo do faz de conta e imaginativo, portanto merecedoras de cuidados especiais.



Há de se considerar, que os avanços que a primeira infância adquiriu aos longos dos tempos, foram imprescindíveis para o desenvolvimento da educação infantil nos dias de hoje, e a demanda que há para atender esse público tão exigente, atingiu não só as classes pobres e trabalhadora, mas as classes mais altas que querem ver seus filhos cada vez mais independentes e desenvolvidos, já que não possuem tempo suficientes para acompanhar seus filhos nos deveres de casa e aperfeiçoamento destes. Hoje, com todas as leis que amparam e alicerçam os direitos das crianças, far-seá necessário que os profissionais também se envolvam de tal forma a suprir todas as expectativas centralizadas, agora com muito mais enfoque, sobre o novo conceito que a educação Infantil exige.

Assim, das instituições que surgiram com o intuito meramente assistencialistas, quando estas foram implantadas na sociedade, quase sempre públicas e conveniadas para atender as classes operárias e carentes, desde o início da educação infantil, temos hoje escolas e instituições particulares voltadas para atender as classes mais elevadas, lançando mão de infra estruturas e investem pesados para suprir e atender as exigências das famílias interessadas. Não estou afirmando que as escolas de educação infantil públicas e conveniadas, são despreparadas e desprovidas de materiais lúdicos e pedagógicos, houve sim, uma reestruturação considerável, melhorando e facilitando em muito as acomodações nos espaços internos destas instituições, mas ainda assim atendem na sua maioria, um número muito maior do que a sua capacidade suporta, e continua focada na população trabalhadora e carente.

No entanto, considero que o resultado dos conteúdos utilizados por essas duas formas de atendimentos à educação infantil, agiliza e disponibiliza um mercado ilimitado para as opções que os familiares podem e devem escolher, para introduzirem seus filhos no mundo do primeiro nível da educação básica, agora como educação infantil.

REFERÊNCIAS

A Importância da Educação Infantil, monografia de Maria da Glória Maiel

ALMEIDA, Paulo Nunes de. "Educação Lúdica, Técnicas e Jogos Pedagógicos". São Paulo. Edições Loyola,1897

ALVES, Nilda & VILLARDI, Raquel. Múltiplas leituras da nova LDB: lei de diretrizes e bases da educação nacional (Lei n.9.394/96). Rio de Janeiro: Qualitymark/Dunva, 1997.

AROEIRA, Maria Luísa Campos. Projetos para educação infantil. Belo Horizonte: Dimensão 2004.

Artigo de Ana Carolina Cavalcante "A Importância da Educação Infantil para o Desenvolvimento Global da Criança"

BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de

Janeiro: nova Fronteira, 1985.

CUNHA, Sofia M.T. da & DANTAS, Fábio L. & ALMEIDA. Cirlene M. & QUERINO, Magda M. De F. Currículo das escolas públicas do distrito federal. Brasília: Fundação Educacional do Distrito Federal- Departamento de Pedagogia, 1993

DROUET.R>C>R> (2006) Distúrbios da Aprendizagem. Editora Ática E- São Paulo. 4ª edição

Educação Infantil Hoje: Entendendo a Educação Infantil e o papel da família; http://educaçãoinfantilhoje.blogspot.com.br/2010/01 entendendo- educação-infantil-e--o- papel.html

Educação Infantil LEGISLAÇÃO LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação - 9394/96 Educação Infantil 1- sistema de ensino UNOp. 7- Grupo Santillana- Brasil 2010.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários á prática educativa – São Paulo; Paz e Terra 1996

GASPAR.P. e DIOGO F. (2010) Sociologia da Educação e Administração Escolar.

Plural. Editores Angola.

Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre; Mediação. 1998.

KRAMER, Sônia (org) Profissionais da educação infantil: Gestão e Formação. São Paulo: Ática 2005.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Secretaria de Educação

Fundamental. Referencial curricular nacional para educação infantil. Brasília: MEC/SEF. 1998

O Paradigma entre o cuidar e o educar no centro educacional infantil (EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL) de Natália Fernanda Ribeiro dos Santos- Londrina 2010 PASCHOAL, Jaqueline Delgado, A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional

PIAGET, Jean. A Formação do Símbolo na criança, ed. Tradução de Álvaro Cabral- Rio de Janeiro Zahar, 1975. ISBN. 8521610688.

Referencial Curricular Brasileiro: Formação Pessoal e Social, 1998; p. 11 (volume 2)

Só Pedagogia. Disponível:< http://www.pedagogia.com.br/artigo/criticosreflexivo/>Acesso em abril de 2012. http://wwwg.sat.net/gravideze puericultura-1389/cresce--jardim de infância. VEIGA.M.A.(2005) A Educação hoje. Editora Perpétuo Socorro- Portugal. 7ª edição